

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**DISCUSSÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO PROGRAMA  
ACESSA ESCOLA**

Campinas  
2012

MÁRCIA REGINA MUNHOZ

**DISCUSSÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO PROGRAMA  
ACESSA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
– TCC – apresentado como  
exigência parcial para o curso de  
Pedagogia, da Faculdade de  
Educação, na Universidade  
Estadual de Campinas, sob  
orientação do professor Sérgio  
Ferreira do Amaral

Campinas – São Paulo

Novembro - 2012

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**  
Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

M925d

Munhoz, Márcia Regina, 1969-  
Discussão do projeto pedagógico do Programa  
Acessa  
Escola / Márcia Regina Munhoz. – Campinas, SP:  
[s.n.],  
2012.

Orientador: Sérgio Ferreira do Amaral.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) –  
Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de  
Educação.

1. Programa Acessa Escola. 2. Informática na  
Educação. I. Amaral, Sérgio Ferreira do, 1954- II.  
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de  
Educação. III. Título.

12-302-  
BFE

**Campinas, Novembro de 2012.**

---

**Prof. Dr. Sérgio Ferreira do Amaral**

---

**Prof. Dr. Carlos Otávio Schocair  
Mendes**

## **Agradecimentos**

**Antes de tudo agradeço a imensa generosidade e disponibilidade do Prof. Sérgio Amaral.**

**Agradeço a todos os amigos da Faculdade de Educação pelo companheirismo e solidariedade.**

**Agradeço aos alunos monitores do ACESSA Escola por sua dedicação e esforço em fazer o melhor possível diante das adversidades.**

*pelos caminhos que ando*

*um dia vai ser*

*só não sei quando*

*Paulo Leminski*

## Lista de Abreviaturas e Siglas

CETIC.br Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação

CGI.br – Comitê Gestor da Internet no Brasil

DE - Diretoria de Ensino

FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação

FUNDAP – Fundação do Desenvolvimento Administrativo

MEC - Ministério da Educação

NRTE - Núcleo Regional de Tecnologia

ProInfo – Programa Nacional de Informática na Educação

PCOP - Professor Coordenador de Oficina Pedagógica

PC - Professor Coordenador

PCNP - Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico

SEE- SP – Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

## **SUMÁRIO**

MEU PERCURSO	1
PROBLEMA A SER INVESTIGADO E METODOLOGIA	4
PROGRAMA ACESSA ESCOLA	6
ANÁLISE DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA	15
A QUESTÃO DA INCLUSÃO DIGITAL	20
QUESTIONÁRIO ALUNOS MONITORES	24
CONCLUSÕES	34
BIBLIOGRAFIA	35
ANEXOS	37

## MEU PERCURSO

A presente pesquisa visa analisar o Projeto Pedagógico do Programa Acessa Escola nas escolas de Ensino Médio da Rede Estadual de Sorocaba, através da análise dos documentos oficiais do programa e de questionários respondidos por alunos monitores contratados para atuarem nas Salas do Acessa Escola.

Para justificar a escolha deste tema, pretendo resgatar a trajetória que me levou a presente pesquisa.

Sou professora desde 1990, quando ingressei na rede pública estadual de ensino como professora de História na cidade de Sorocaba. A primeira escola em que trabalhei ficava as margens da estrada Raposo Tavares, em um bairro onde a maioria dos habitantes provem do meio rural.

Em 1994 efetivei-me em uma das escolas mais antigas e centrais da cidade de Sorocaba: EE Júlio Prestes de Albuquerque, um contexto completamente diverso do que havia conhecido antes.

Neste período em que trabalhei em duas escolas tão distintas, percebi que os recursos disponibilizados para os professores eram os mesmos: em qualquer parte, giz e lousa e, quando havia, livros didáticos velhos e defasados.

Empenhei-me com os poucos recursos que dispunha em oferecer aos alunos aulas que lhes despertassem o interessasse. Os computadores, ao menos para a rede pública, eram ainda um sonho distante, recurso que começava a chegar a algumas escolas ainda de maneira experimental ou nas escolas particulares, servindo como propaganda - chamariz, símbolo de modernidade e garantia de educação de melhor qualidade para os que podiam pagar por ela.

Procurei me aproximar deste universo da informática através de cursos particulares oferecidos por unidade do SENAC, na cidade de Sorocaba. Eram cursos

básicos, (Sistema Operacional Windows NT e 95), processador Word , para pessoas como eu, leigas no assunto, mas que queriam saber afinal o que aquela máquina que era ainda novidade para os comuns dos mortais tinha a oferecer. Em 1996, na primeira oportunidade que tive adquiri um computador e o serviço de Internet da única provedora existente na cidade. No mesmo instante em que comecei a dominar os recursos percebi que estava diante de algo que de alguma maneira iria modificar a maneira como aprendia e ensinava.

Em 1998 fui convidada a atuar no Núcleo Regional de Tecnologia – NRTE, junto a Diretoria de Ensino de Sorocaba. Os NRTE foram montados em sistema de parceria entre os governos federal e estadual, dentro do programa ProInfo – Programa Nacional de Informática na Educação, um programa educacional criado em 1997 pelo Ministério da Educação cujo objetivo é promover o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação como ferramenta pedagógica nas escolas de ensino fundamental e médio . Os NRTE teriam como função última, a capacitação de professores para uso dos computadores que começavam a chegar às escolas para uso pedagógico. Estes computadores deveriam ser montados em uma sala reservado para o seu uso, a SAI - Sala Ambiente de Informática, .Segundo Kuin:

Concomitantemente à chegada do ProInfo em São Paulo, a SEE/SP lançava seu próprio programa de informatização da rede pública: “A Escola de Cara Nova na Era da Informática”. As escolas de 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> série, com mais de 500 alunos, foram as primeiras contempladas. Posteriormente, as de ensino médio também receberiam suas máquinas.

Para fazer parte do projeto, porém, a escola precisava manifestar-se por meio de um documento denominado plano de adesão. Neste, cada unidade escolar descreveria seus recursos humanos e físicos, além da configuração dos cursos oferecidos e dos horários de funcionamento. A garantia do interesse da escola era revelada pela descrição dos projetos em andamento e das possíveis contribuições dos recursos tecnológicos para o seu desenvolvimento.

Os dados presentes nesses planos de adesão subsidiariam ações de implantação das SAI, capacitações e delineamento das concepções que as escolas tinham a respeito do uso pedagógico do computador.

Findo esse processo, foram instaladas as primeiras salas ambiente de informática – SAI - em mil escolas. A princípio, cinco máquinas apenas, por escola, com ampliação para dez, em momento seguinte e na maioria das escolas participantes do projeto (KUIN ,2005 p.27)

Na estrutura da SEE SP, os NRTE estavam vinculados a FDE, – Fundação para o Desenvolvimento da Educação<sup>1</sup>, e professores como eu afastados para trabalhar nos Núcleos, recebíamos capacitação para o uso pedagógico das TIC. As escolas que começaram a receber computadores para uso pedagógico a partir de 1998, receberam também um pacote de softwares pedagógicos. Cursos foram oferecidos pelos NRTE utilizando-se destes softwares disponíveis nas escolas, além de cursos básicos de informática, com a seguinte estrutura:

Módulo 1: Conhecimentos Básicos em Informática – 30 horas

Fazem parte deste módulo os comandos elementares do computador e do sistema operacional, além das possibilidades de utilização de aplicativos do Pacote MS Office em atividades pedagógicas.

Público-alvo: educadores das escolas com SAI.

Módulo 2: Uso de softwares educacionais – Ensino Fundamental – 30 horas

Neste módulo, são trabalhadas seis oficinas diferentes. O ponto de partida é sempre um software principal que se alia a outros do acervo no desenvolvimento de uma proposta interdisciplinar.

Público-alvo: educadores do ensino fundamental das escolas com SAI.

Pré-requisito: ter participado do módulo 1.

Módulo 3: Oficinas do Ensino Médio – 30 horas, em média

Composto também por seis oficinas. Cada uma delas se volta para uma área do ensino médio e, a partir de questões emergentes apuradas no trabalho do professor, softwares educacionais, aplicativos, vídeos e outros materiais encontrados na escola em uma proposta que contempla as dificuldades apontadas.

Público-alvo: professores de ensino médio das escolas com SAI.

Pré-requisito: ter participado do módulo 1.

Módulo 4: Internet na Educação – 32 horas presenciais e 8 a distância

Trabalho, realizado em parceria com a Escola do Futuro, propõe capacitar o educador para promover a realização de trabalhos de pesquisa e comunicação, via Internet, envolvendo professores e alunos. (KUIN ,2005 p 35)

---

<sup>1</sup> Empresa pública que atende exclusivamente a SEE/SP. Suas atividades principais são a construção e reforma de prédios escolares, administração e distribuição de verbas para as APM – Associação de pais de mestres e implementação de projetos especiais e pedagógicos junto às escolas do Estado. Site Oficial< <http://www.fde.sp.gov.br/pagespublic/InternaQuemSomos.aspx?contextmenu=quemso>> consultado em 10/09/2012

Além destes cursos, outros foram oferecidos, graças as parcerias da SEE com empresas como a Microsoft (Curso Aluno Monitor para alunos selecionados pela escola para atuarem voluntariamente na Sala de Informática) Curso Intel Educar (parceria com a empresa Intel) que tratava dos usos das ferramentas do pacote Office, destinado aos Professores Coordenadores, entre outros. Trabalhei como multiplicadora em boa parte destes cursos, principalmente os voltados para uso básico do computador, o uso de softwares educacionais e navegação na Internet, embora pouquíssimas escolas dispusessem de conexão. Percebi que havia interesse entre os professores, apesar de obrigatoriamente terem de frequentar o curso fora do horário de trabalho. Entretanto, tais cursos não repercutiram dentro das escolas da maneira esperada, o uso das Salas de Informática ainda era inexpressivo, inúmeros problemas eram apontados para explicar esta situação: falta de manutenção nas máquinas, falta de apoio local, máquinas obsoletas, formação ainda insuficiente do professor, falta de apoio na Sala de Informática.

#### PROBLEMA A SER INVESTIGADO E METODOLOGIA

O mito de Sísifo condenado a empurrar eternamente uma pesada pedra morro acima, apenas para vê-la rolar morro abaixo novamente, assombra o imaginário de quem como eu, ansiava em ver as TIC finalmente incorporada ao trabalho do professor de maneira a facilitar e incrementar o processo de ensino e aprendizagem.

Acompanhando praticamente desde o início (1998) a chegada dos computadores na Rede Estadual paulista, percebo como as inúmeras tentativas oficiais de implantação das TIC como recurso pedagógico dentro das escolas não tem chegado aos resultados esperados. Não se pode falar simplesmente em

resistência por parte dos professores sem investigar mais a fundo como a escola enquanto instituição tem entendido o uso das TIC. Inúmeros estudos de caso mostram experiências de sucesso (KUIN,2005 MARTINS, 2006) entretanto estes ainda são a exceção a regra. O uso das TIC é estimulado pelas políticas educacionais com intuito principal de melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem, mas para pais e alunos, essa tecnologia ganha outros significados e possibilidades, é entendida como necessidade e oportunidade, pois seu domínio acaba sendo visto como imprescindível para enfrentar o mercado de trabalho. Castells explicita esta preocupação:

A centralidade da Internet em muitas áreas da atividade social, econômica e política equivale à marginalidade para aqueles que não têm acesso a ela, ou têm apenas um acesso limitado, bem como para os que são incapazes de usá-la eficazmente [...] A diferenciação entre os que têm e os que não têm Internet acrescenta uma divisão essencial às fontes já existentes de desigualdade e exclusão social, numa interação complexa que parece aumentar a disparidade entre a promessa da Era da Informação e sua sombria realidade para muitos em todo o mundo (CASTELLS, 2003, p. 203).

A criação em 2008 do Programa ACESSA Escola é uma nova tentativa de efetivar o uso das Salas Ambientais de Informática, investigar este programa e a maneira como tem sido usado pode contribuir para entendermos melhor as perspectivas do uso das TIC no interior da escola pública. Qual é a proposta pedagógica do Programa ACESSA Escola? Para tentar responder esta pergunta foram analisados os documentos e site oficial do programa ACESSA Escola, feito levantamento bibliográfico de pesquisas que abordam o tema inclusão digital e uso das TIC na educação e aplicado questionários aos alunos monitores do programa,

tendo como recorte a Diretoria de Ensino de Sorocaba. <sup>2</sup> A Diretoria de Ensino de Sorocaba possui 81 escolas, e 51 participam do Programa ACESSA Escola.

Os documentos oficiais foram enviados a escolas que participam do Programa. Os documentos analisados foram:

- Manual De Procedimentos Estagiários ACESSA Escola
- Manual de Procedimentos Diretores ACESSA Escola
- Regulamento Estágio ACESSA Escola

Estes documentos oficiais não se encontram para consulta pública, pois estão disponíveis na parte reservada aos participantes do Programa no site oficial do ACESSA Escola<sup>3</sup>, só podendo ser acessado com login e senha disponibilizado pela FDE.

## O PROGRAMA ACESSA ESCOLA

A SEE, através da Resolução 037 de 25/04/2008, cria o Programa ACESSA Escola, a implementação do Programa foi normatizada pela Resolução Conjunta SE/SGP 1, de 23-6-2008 modificada pela Resolução SE 30/2011 que regulamenta a utilização das salas do ACESSA Escola aos finais de semana pelo Programa Escola da Família.(Vide anexo 1)

A criação do programa ACESSA Escola em 2008 mostra uma nova direção nas políticas públicas de implementação das TIC no Estado de São Paulo, o ACESSA Escola foi inspirado em um projeto anterior o ACESSA São Paulo, de criação de telecentros para uso da população. Para implementar o ACESSA Escola na rede

---

<sup>2</sup> Diretoria de Ensino - órgão-meio na estrutura da SEE/SP, atualmente em número de 90. Supervisiona as escolas e oferece suporte administrativo e pedagógico, mediando as relações entre a comunidade, a escola e órgãos centrais da administração escolar

<sup>3</sup> <http://acessaescola.fde.sp.gov.br/>

estadual paulista foi destacada a Chefe de Divisão do Acesso São Paulo Maria Amélia Kuhlmann Fernandes. O Acesso São Paulo, segundo Balboni:

O Programa Acesso São Paulo, criado em julho de 2000, é uma iniciativa do governo do Estado de São Paulo, com o objetivo de levar os recursos da Internet à população de baixa renda e estimular o desenvolvimento humano e social das comunidades. É a maior rede do país, e em outubro de 2005 contava com 178 infocentros em funcionamento, sendo 77 na capital e 101 em municípios do interior e do litoral. No final de 2006 já eram 400 unidades em todo o estado, e mais de 1 milhão de usuários cadastrados

Existem três tipos de infocentros: os comunitários, em parceria com associações de bairros e outras entidades comunitárias; os municipais, em parcerias com prefeituras; e os postos públicos de acesso à Internet (POPAl), em parceria com órgãos do próprio governo estadual. No Infocentro Comunitário, o Governo do Estado fornece os equipamentos, suporte técnico e suprimentos, assim como o salário e a capacitação dos monitores; a entidade com a qual é realizada a parceria se responsabiliza pela manutenção da sala e pelas despesas cotidianas, como energia elétrica e limpeza. O Infocentro Municipal é uma parceria do Estado com as prefeituras, que se encarregam da manutenção da sala, despesas cotidianas, suprimentos, suporte técnico e salário dos funcionários; o Estado entra com os equipamentos e a capacitação dos monitores. Nos POPAls todas as responsabilidades são do governo estadual: instalações, funcionários, equipamentos e manutenção. A capacitação dos monitores e produção de conteúdo focado no exercício da cidadania para o programa é realizada pela Escola do Futuro, da Universidade de São Paulo. Nas salas com 10 computadores e acesso em banda larga (onde é possível), os usuários têm garantido o acesso livre e a possibilidade de desenvolver projetos comunitários. A coordenação e financiamento do projeto estão a cargo da Imprensa Oficial do Governo de São Paulo.(BALBONI,2007.p.63)

Assim, como o Acesso São Paulo, o Acesso Escola destaca a questão da inclusão digital. Segundo definição do programa encontrado no site oficial:

“O Acesso Escola é um programa do Governo do Estado de São Paulo, desenvolvido pela Secretarias de Estado da Educação, sob a coordenação da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), tem por objetivo promover a inclusão digital e social dos alunos, professores e funcionários das escolas da rede pública estadual. Por meio da Internet, ele possibilita aos usuários o acesso às tecnologias da informação e comunicação para a construção do conhecimento e o fortalecimento social da equipe escolar.”<sup>4</sup>

Para adequar a estrutura física das antigas Salas de informática para o programa Acesso Escola, estas foram reformadas seguindo diferentes layouts, que

---

4 Disponível em: < <http://acessaescola.fde.sp.gov.br> > -Acesso em 04/09/2012

variavam conforme o tamanho da sala. Colocamos abaixo dois modelos, encontrados no documento Manual de Procedimentos ACESSA Escola Diretores:

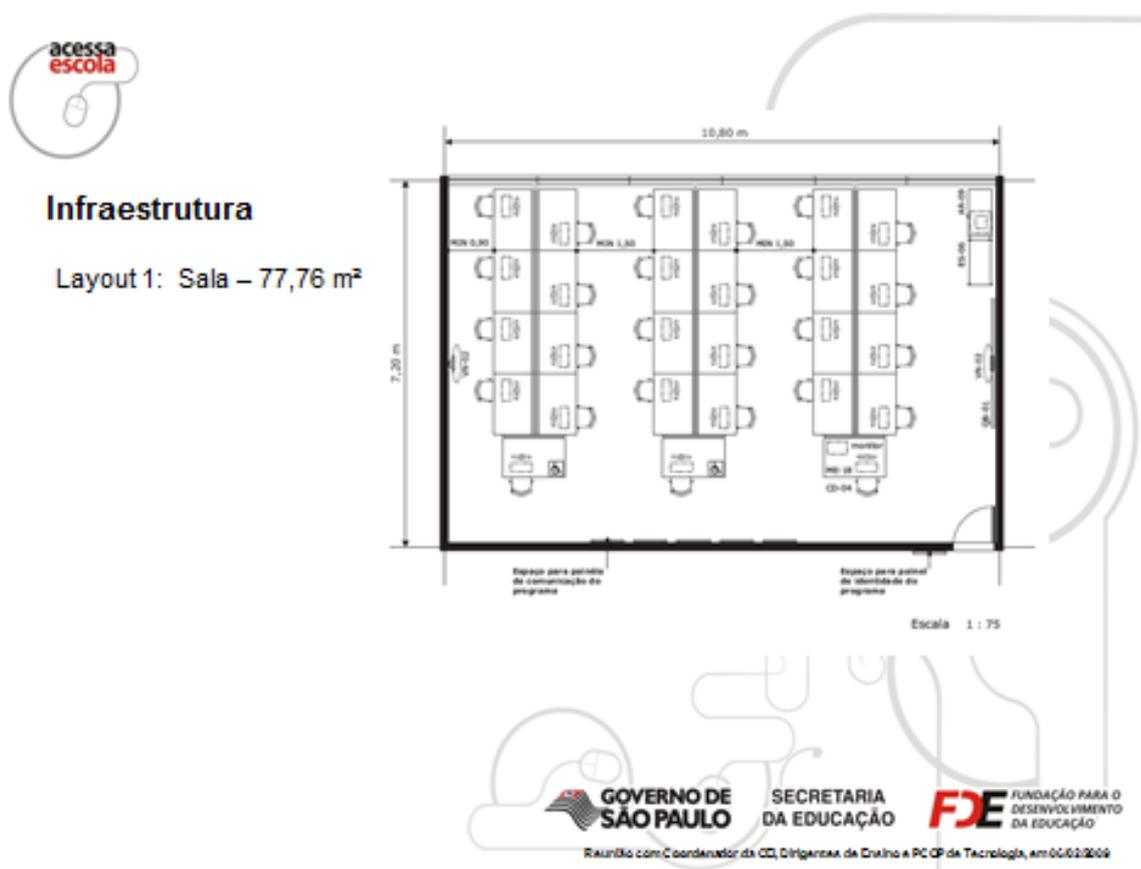


Figura 1 Layout Sala ACESSA Escola



## Infraestrutura

Layout 4: Sala – 51,84m<sup>2</sup>

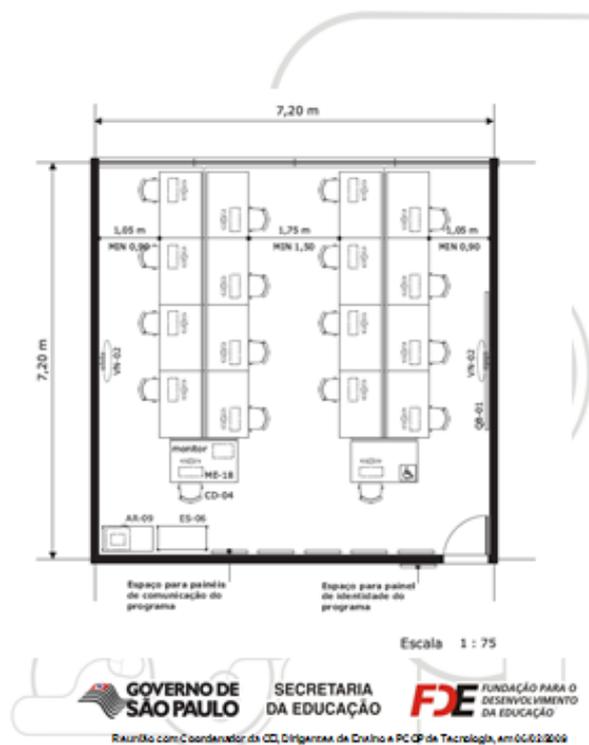


Figura 2 Layout Sala Acessa Escola

Os layouts oferecidos diferem da forma tradicional como as Salas de Informática já existentes nas escolas eram organizadas, Normalmente a disposição dos computadores não era em fileiras, mas em forma de "L", o que facilitava a circulação do professor pela Sala e o acompanhamento das atividades realizadas pelos alunos.

Outro diferencial do projeto é disponibilizar para as escolas alunos monitores, para atuarem na Sala do Acessa Escola. São alunos do Ensino Médio da própria escola que recebem bolsa estágio, paga pela FUNDAP<sup>5</sup> autarquia responsável pela locação de estagiários em órgãos públicos.

Além dos estagiários do ensino médio, o Programa conta com a contratação de cinco estagiários universitários, que ficam na sede da Diretoria de Ensino. Os estagiários universitários são contratados pela FUNDAP para dar apoio aos

<sup>5</sup> Disponível em <http://estagios.fundap.sp.gov.br/> Acessado em 20/10/2012

estagiários do ACESSA ESCOLA. São selecionados por seleção pública, sendo que só podem concorrer alunos da área de Pedagogia, Administração e cursos ligados a Informática. Os estagiários universitários não estão autorizados a fazer manutenção nos equipamentos, pois estes são alugados pelo Estado no sistema Outsourcing.

Segundo o Documento Sistema de Atendimento ao Usuário da FDE

Computadores, impressoras, projetores multimídia, entre outros, são constantemente encaminhados às escolas. Eles podem ser adquiridos e incorporados ao seu patrimônio ou fazer parte de um contrato de outsourcing, modalidade onde o que se adquire é o serviço e não o equipamento. Por exemplo, uma empresa contratada por outsourcing para oferecer serviços de impressão irá disponibilizar uma impressora para a escola, a fim de garantir que o serviço – que é o objeto do contrato - seja prestado adequadamente.<sup>6</sup>

A FDE mantém um sistema de atendimento via chamada telefônica denominada Central de Relacionamento, como os computadores do Programa ACESSA ESCOLA foram adquiridos via sistema Outsourcing, em tese a manutenção destes estaria garantida. Os estagiários universitários estão autorizados apenas a fazer a formatação do Servidor e reinstalação do Sistema Operacional e do Sistema de Gerenciamento da Sala – O Bluecontrol.

O aluno monitor do Ensino Médio, remunerado foi um dos pontos inovadores do Programa ACESSA ESCOLA. Os alunos são selecionados através de concurso público aplicado pela FUNDAP. Este concurso é oferecido especificamente para os alunos do Ensino Médio das escolas que possuem sala do ACESSA ESCOLA. O número de vagas é determinado pelo tamanho da sala e número de computadores. Em Sorocaba das 82 escolas estaduais 51 (as que possuem Ensino Médio) possuem estagiários do ACESSA ESCOLA, conforme relação abaixo:

ESCOLA	Nº de vagas
--------	-------------

<sup>6</sup> Disponível em [http://file.fde.sp.gov.br/portalfde/Arquivo/DocRedeEnsino/manual\\_ouvidoria.pdf](http://file.fde.sp.gov.br/portalfde/Arquivo/DocRedeEnsino/manual_ouvidoria.pdf). Acessado em 20/10/2012

AGGEO PEREIRA DO AMARAL PROF	6
ALTAMIR GONCALVES PROF	3
ANA CECILIA MARTINS PROFA	3
ANTONIO CORDEIRO PROF	6
ANTONIO MIGUEL PEREIRA JUNIOR	3
ANTONIO PADILHA	6
ANTONIO VIEIRA CAMPOS	3
ARTHUR CYRILLO FREIRE DR	2
BEATHRIS CAIXEIRO DEL CISTIA PROFA	6
BRIGADEIRO TOBIAS	3
DIONYSIO VIEIRA PROF	6
DULCE ESMERALDA BASILE FERREIRA PROFA	3
ELZA SALVESTRO BONILHA PROFA	3
ESCOLASTICA ROSA DE ALMEIDA PROFA	3
EZEQUIEL MACHADO NASCIMENTO PROF	3
FRANCISCO CAMARGO CESAR	6
FRANCISCO COCCARO PROF	3
FRANCISCO EUPHRASIO MONTEIRO	6
GENESIO MACHADO PROF	3
GUALBERTO MOREIRA DR	6
GUIOMAR CAMOLESI SOUZA PROFA	3
HELIO DEL CISTIA	6
HUMBERTO DE CAMPOS	3
IDA YOLANDA LANZONI DE BARROS PROFA	3
ISABEL LOPES MONTEIRO PROFA	3
IZABEL RODRIGUES GALVAO PROFA	3
JOAO CLIMACO DE CAMARGO PIRES	2
JOAO RODRIGUES BUENO	6
JOAQUIM IZIDORO MARINS PROF	3
JORDINA AMARAL ARRUDA PROFA	3
JORGE MADUREIRA PROF	6
JOSE ODIN DE ARRUDA PROF	6
JOSE QUEVEDO PROF	6
JOSE REGINATO PROF	2
JULIO BIERRENBACH LIMA PROF	4
JULIO PRESTES DE ALBUQUERQUE DR	6
LAURO SANCHEZ PROF	3
LUIZ GONZAGA DE CAMARGO FLEURY PROF	3
LUIZ NOGUEIRA MARTINS SENADOR	2
MARCO ANTONIO MENCACCI PROF	3
MARIO GUILHERME NOTARI	3
MONTEIRO LOBATO	3
OSSIS SALVESTRINI MENDES PROFA	3
OVIDIO ANTONIO DE SOUZA REVDO	3

RAFAEL ORSI FILHO PROF	3
ROQUE CONCEICAO MARTINS PROF	2
ROSEMARY DE MELLO MOREIRA PEREIRA PROFA	3
SARAH SALVESTRO PROFA	3
VERGUEIRO SENADOR	2
WANDA COSTA DAHER PROFA	6
WILSON RAMOS BRANDAO PROF	3
	193

O valor da bolsa estágio recebido pelos alunos monitores é de R\$ 390,00 mais R\$60,00 de auxílio transporte para 04 horas de estágio por dia. A escolha das vagas se dá em dois momentos; os alunos devem escolher vagas oferecidas na própria escola que estudam, caso não consigam podem escolher em outra escola que não possui candidato para a vaga.

A formação dos alunos monitores é oferecida pela FDE. São em duas modalidades: Formação presencial e Curso a Distância. A Formação presencial são três módulos de 08 horas cada, espalhados durante o ano:

Módulo 1 oferecido na própria Diretoria de Ensino pelos PCNPs<sup>7</sup> de Tecnologia: neste módulo é ressaltado o papel do aluno monitor Além disso é apresentado aos alunos o programa Blue Control que, instalado no computador Servidor, desenvolvido pela empresa MStech, faz o controle de liberação das estações por meia hora para alunos e 1 a 2 horas para professores com alunos, ou professores usando individualmente. O programa não permite qualquer tipo de instalação de softwares e o salvamento de arquivos

---

<sup>7</sup> A partir de 2012 a designação de Professor Coordenador de Oficina Pedagógica (PCOP) mudou para PCNP Professor Coordenador do núcleo Pedagógico



Figura 3: Tela do programa Blue Control de Gerenciamento da Sala ACESSA Escola.

Os Módulos 2 e 3 são oferecidos pela empresa MStech<sup>8</sup>, a empresa sediada em Bauru, e contratada pela FDE. Existe uma pequena referência ao projeto ACESSA Escola no site da empresa:

#### Programa ACESSA Escola

O programa ACESSA Escola da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo utiliza as tecnologias e serviços MStech. Hoje é um dos projetos mais sofisticados do país no campo da tecnologia na educação. Veja em Histórias de Sucesso.

"Eu tive a melhor das impressões sobre a capacitação realizada. A didática utilizada, além de inovadora, mostrou aos meninos que eles poderiam aplicar na prática o que estavam aprendendo. Estou muito satisfeita com o trabalho que esta sendo realizado"

Maria Amélia Kuhlmann, coordenadora geral do ACESSA Escola sobre o trabalho da MStech.<sup>9</sup>

Para a realização dos Módulos 2 e 3 são constituídos polos nas cidades maiores, os alunos monitores são deslocados para os polos. O Manual de Procedimentos direcionados aos Diretores da Escola apresenta o conteúdo dos Módulos 2 e 3 da seguinte maneira

<sup>8</sup>Disponível em < <http://www.mstech.com.br/AreaAberta/SalaAulaConectada.aspx>> . Acessado em 28/10/2012

<sup>9</sup> Disponível em <<http://www.mstech.com.br/AreaAberta/SalaAulaConectada.aspx>> Acessado em 20/10/2012

### O Módulo 2

Gira em torno do tema Internet Segura e Web 2.0. Orienta sobre as várias possibilidades e formas de uso da internet

- Blogs
- Redes Sociais
- Vídeos
- Podcasts
- Governo Eletrônico

Aborda, também, questões e técnicas relacionadas a navegar seguramente pela internet.

### Módulo 3

Nesse módulo apresenta-se a proposta da Rede de Projetos seguindo-se os itens:

- Ambiente para a realização de projetos utilizando os recursos da sala de internet
- Estrutura de apoio e suporte para a realização dos projetos
- Dinâmica de funcionamento da Rede e suas formas de interação

Esse módulo estimula a realização e implementação de projetos individuais e coletivos.<sup>10</sup>

A Rede de Projetos é uma proposta da MSTech e da FDE para incentivar os alunos monitores a cadastrarem no site oficial do ACESSA ESCOLA por iniciativa própria projetos diversos que pretendam desenvolver na escola. No site oficial do ACESSA ESCOLA<sup>11</sup> há instruções sobre como desenvolver um projeto. Encontramos a seguinte definição sobre a Rede de Projetos :

#### O que é?

A Rede de Projetos do Programa ACESSA ESCOLA é, acima de tudo, um espaço de visibilidade, compartilhamento, apoio e suporte à ideias, ações, iniciativas e projetos nas Escolas Estaduais.

É também uma política pública de inclusão digital que utiliza as mídias sociais e processos de apropriação de tecnologia das Salas de Internet do Programa ACESSA ESCOLA, estimulando o protagonismo e a colaboração em rede!

#### Quem pode participar?

Toda a comunidade escolar pode participar da Rede - direção, alunos, estagiários, professores, funcionários e a comunidade no entorno da escola.<sup>12</sup>

Segundo o site um número ínfimo de projetos são finalizados:

<b>ESTATÍSTICAS DE PROJETOS</b>	
Total de Projetos Cadastrados	853
Total de Projetos Pré-Aprovados	300

<sup>10</sup> FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Manual de Procedimentos ACESSA ESCOLA - Diretores. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. São Paulo, 2010,p.9

<sup>11</sup> Disponível em <<http://acessaescola.fde.sp.gov.br/>> Acessado em 20/10/2012

<sup>12</sup> Disponível em <<http://acessaescola.fde.sp.gov.br/Public/RedeProjetos.aspx>> Acesado em 29/10/2012

Total de Projetos Aprovados	272
Total de Projetos Finalizados	4

As capacitações online foram oferecidas a partir de 2012. São dois cursos um desenvolvido pela mesma empresa MStech, sobre Internet Segura. Não existe qualquer tipo de interação ou tutoria. Após vencer as páginas com os conteúdos o aluno deve fazer uma avaliação online, onde deve atingir no mínimo 50% de acerto. Não há segunda chance

O segundo curso a distância, também oferecido somente a partir de 2012, é uma parceria com a Microsoft. Trata-se de um curso onde deve-se explorar os serviços online da empresa (e-mail, buscador – Bing, e o serviço de criação de documentos online e partilha de arquivos- Skydrive).

No ano de 2011 foi realizado por iniciativa própria na Diretora de Ensino um curso presencial com oito encontros de 04 horas. O tema foi Internet Segura. Este curso foi oferecido livremente para os alunos monitores, tivemos a presença de 35 alunos em três turmas.

#### ANÁLISE DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA

O Programa Acesa Escola tem objetivos bem claros, que aparecem nos documentos que orientam gestores das escolas e os alunos monitores. Ao analisar estes documentos como O Manual de Procedimentos – Estagiários um ponto que se destaca é a necessidade de que os recursos de informática já disponibilizados na escola sejam efetivamente utilizados:

O Programa Acesa Escola tem como missão estruturar e facilitar o uso dos laboratórios de informática das escolas estaduais. O Programa surgiu da necessidade dos computadores já instalados nas escolas serem efetivamente usados pela comunidade escolar e assim promover a inclusão digital. (FDE, 2010, p.10)

No Manual de Procedimentos direcionados aos Diretores da Escola o programa é apresentado da seguinte maneira:

O ACESSA Escola é um programa de inovação tecnológica da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. A Fundação para o Desenvolvimento da Educação, por meio de sua Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI/FDE, é responsável por implementá-lo e coordenar sua gestão em toda a rede estadual. Seu objetivo é universalizar oportunidades de inclusão digital, otimizando o uso dos recursos da internet pelos alunos, professores e servidores, nos períodos de funcionamento da escola. (FDE,2010.p.8)

No mesmo documento ao analisar os Princípios do ACESSA Escola todos dizem respeito ao Acesso a Internet. O primeiro item do documento intitula-se: “Acesso de todos à Internet” e reafirma que outros aplicativos possam ser utilizados mas a Internet é o ponto – chave do Programa, o segundo item intitula-se “ Acesso livre” , reforçando que não há bloqueio de sites e por último destaca que o ACESSA é um instrumento para construção do conhecimento que pode e deve ser apropriado por educadores para o trabalho pedagógico.<sup>13</sup>

Apesar de não haver bloqueio de sites, há regras claras sobre o que pode ou não ser feito na sala. Banners com estas regras foram enviadas para serem afixados nas escolas:

#### **Regras de Uso:**

- O acesso é gratuito e permitido a todos os alunos, professores e funcionários das escolas.**
- Menores de 18 anos devem entregar o Termo de Adesão devidamente assinado pelos responsáveis legais e serem autorizados pela Diretoria da escola a se cadastrarem e utilizarem a internet.**
- Idosos, gestantes e deficientes físicos têm atendimento preferencial.**
- O cadastro é obrigatório.**

---

<sup>13</sup> FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Manual de Procedimentos ACESSA Escola - Estagiários. Diretores. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. São Paulo, 2010,p.9

- **O aluno só pode utilizar a sala do Programa ACESSA Escola no contra turno, ou seja, nos períodos em que não estiver tendo aula, salvo quando o acesso for acompanhado de um professor.**
- **O aluno que for transferido de escola deve realizar seu cadastro na nova unidade, mesmo que já o tenha feito anteriormente. O Termo de Adesão deve sempre ser validado pela Direção e ficar arquivado na escola que o aluno está frequentando.**
- **O usuário tem direito a usar o computador por 30 minutos.**
- **Para usar o computador, o usuário deve retirar uma senha com o estagiário da sala.**
- **É permitido utilizar os computadores mais de uma vez por dia, desde que haja horário disponível e que seja respeitado o direito ao atendimento a todos os inscritos, de acordo com a programação do dia.**
- **Não é permitido alterar as configurações do computador.**
- **Não é permitido acessar sites pornográficos, jogos de azar e conteúdos que incitem a violência ou o racismo.**
- **O uso de CD e pen drive é permitido somente com a autorização do estagiário<sup>14</sup>**

O não cumprimento das regras acarreta em suspensão do uso, que deve ser aplicada pelo gestor da escola.

Ao tentar resgatar as origens do programa, percebo que a intenção foi introduzir na escola o modelo da lan house comunitária, nos moldes do ACESSA São Paulo.

---

<sup>14</sup> FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Manual de Procedimentos ACESSA Escola - Estagiários. Diretores. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. São Paulo, 2010,p.9

Em uma participação na mesa redonda sobre Tecnologia e Educação no Evento Campus Party de 2012, Maria Amélia esclarece:

O primeiro nome do Acesso Escola, em 2008, era 'Lan House nas escolas', o que nos criou uma dificuldade monumental com os pais. Dez anos antes, quando as primeiras lan houses foram criadas, elas representavam espaços onde jovens só jogavam. Havia, portanto, muita reserva a elas. Vários pais não permitiram que os filhos prestassem a seleção de estagiários por acreditarem que fossem ambientes inapropriados. Hoje, isto mudou porque a tecnologia avança muito rápido, inclusive em seus conceitos e pré-conceitos".<sup>15</sup>

Na notícia da Folha de São Paulo de 16/01/2012 a manchete era: Salas de informática viram Lan houses em escolas estaduais de São Paulo:

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo anunciou nesta sexta-feira que as salas de informática das escolas públicas começam, neste mês de janeiro, a ficar abertas para o uso dos alunos mesmo fora do período de aula, como uma espécie de LAN house.

As salas vão ficar abertas nos três períodos --manhã, tarde e noite-- e serão monitoradas por estudantes da própria escola. "O objetivo é deixar as salas de informática abertas durante todo o período escolar, para uso dos alunos. É importante que os estudantes tenham imenso contato com internet", afirma a secretária de Estado da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro.

Nas instituições que abrem aos finais de semana, para o projeto Escola da Família, as salas ficarão disponíveis para o uso de toda a comunidade.

A expectativa da secretaria é que 239 escolas sejam beneficiadas com o projeto no primeiro semestre de 2009. Nesse período, serão implantadas as LAN houses na cidade de São Paulo, na Grande São Paulo e regiões de Bragança Paulista, Campinas, Itu, Jacareí, Jundiaí, São Roque e Sorocaba, informou a secretaria.

Até o fim do ano, o programa deve chegar às regiões de Americana, Araraquara, Avaré, Botucatu, Capivari, Itapetininga, Jaú, Limeira, Mogi Mirim, Piracicaba, Pirassununga, Ribeirão Preto, Santos, São Vicente, São Carlos, São João da Boa Vista, São José dos Campos, Sumaré e Votorantim.

Ao término de 2009, a secretaria espera beneficiar mais de 2.000 escolas com o programa.<sup>16</sup>

Em notícia da Revista Nova Escola percebe-se a preocupação dos professores em relação ao Programa:

Os professores ainda tem dúvidas sobre como vai funcionar o programa. "A comunidade terá acesso aos computadores na escola? Como será o treinamento dos monitores? Haverá segurança extra, já que os laboratórios ficarão disponíveis por horas? Os professores passarão por treinamento também? Existe uma proposta pedagógica?", pergunta um professor da E.E. D. Cirene Laerte.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> Disponível em <<http://blog.atिकासcipione.com.br/campus-party/lan-houses-como-espacos-da-educacao>> Acesso em 10/10/2012

<sup>16</sup> Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/educacao/ult305u490836.shtml>> Acessado em 29/10/2012

<sup>17</sup> Disponível em <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/planejamento-e-financiamento/escolas-terao-lan-houses-429206.shtml>> Acesso em 29/10/2012

Na mesma reportagem o fato dos alunos monitores serem escolhidos entre os alunos do Ensino Médio suscita elogio mas também críticas:

"Acho a iniciativa positiva para os futuros monitores. São estudantes que poderão realizar um trabalho remunerado dentro da própria escola. Isso valoriza o aluno. Mas quem continua na frente do processo de ensino e aprendizagem, inclusive na salas de informática, é o professor e ele precisa de orientação", pede outra professora do Cirene. Já o diretor, Edílson Marques, acredita que os monitores não resolvem a dificuldade de uso das salas de informática. "Os monitores são um paliativo. O correto seria contratar professores exclusivos para os laboratórios como ocorre na rede municipal. Mas seriam necessários pelos menos 10 mil novos profissionais. A contratação dos monitores é uma medida de economia", acredita o dirigente.<sup>18</sup>

Na continuação da reportagem, a assessoria da Secretaria da Educação reforça a ideia que a intenção primeira é dar acesso a Internet pura e simplesmente:

As questões levantadas pelos educadores foram encaminhadas à assessoria de comunicação da Secretaria Estadual de Educação. "O Acesso Escola é um programa que visa a ampliar a acessibilidade nas escolas e permitir a inclusão digital dos alunos. Não há nenhuma medida extra a esse objetivo dentro da proposta", esclareceu a assessoria. Ainda de acordo com a secretaria, o acesso aos computadores no novo regime de período integral será restrito aos estudantes da escola.<sup>19</sup>

Assim diante das declarações oficiais, que reforçam que o Programa visa inserir uma infraestrutura que permita o acesso a Internet sem se preocupar com as questões de como o uso pedagógico ocorrerá, as primeiras críticas surgem:

O investimento em infra-estrutura é importante, mas sem o pedagógico ele perde sentido. O professor precisa desenvolver uma proposta pedagógica, interligar o uso do computador ao currículo, para que o período no laboratório não se torne apenas diversão. Os educadores têm de correr atrás de cursos, sites, comunidades, para trocar experiências e entrar na era digital. Mas é preciso, também, uma política pública que contemple esse enorme contingente de educadores que, ainda, são excluídos digitais", analisa Mary Grace Martins, professora e consultora do Portal EducaRede e animadora do Ponto de Encontro, portal de comunidades de NOVA ESCOLA ON-LINE<sup>20</sup>

Retomando os documentos oficiais, os objetivos estão explicitados no Manual de Procedimentos para os Estagiários:

---

<sup>18</sup> Disponível em <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/planejamento-e-financiamento/escolas-terao-lan-houses-429206.shtml>> Acesso em 29/10/2012

<sup>19</sup> Disponível em <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/planejamento-e-financiamento/escolas-terao-lan-houses-429206.shtml>> Acesso em 29/10/2012

<sup>20</sup> Disponível em <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/planejamento-e-financiamento/escolas-terao-lan-houses-429206.shtml>> Acesso em 29/10/2012

Os principais objetivos do Programa são:

I - universalizar as atividades de inclusão digital, otimizando os usos dos recursos da internet aos alunos, professores e servidores, nos períodos de funcionamento das escolas;

II - promover a criação e o fortalecimento de uma rede de colaboração e de troca de informações e conhecimentos entre professores e alunos da própria escola, e entre os de outras unidades, de modo a contribuir com a produção de novos conteúdos;

III - promover e estimular as ações de protagonismo, vivenciadas pelos alunos do ensino médio, voltadas à área de Tecnologia da Informação e da Comunicação - TIC;

IV - disponibilizar à comunidade escolar os recursos do ambiente web, criado pelo Programa.

Ao transportar para dentro da escola o modelo de uma lan house, torna-se claro que o objetivo principal era promover a inclusão digital. Segundo Fábio Bonnini Simões Lima, então presidente da FDE, no Documento que apresenta o programa aos Diretos das escolas<sup>21</sup>, os estagiários são os agentes de inclusão digital.

Para entender melhor os objetivos do programa e se estes estão sendo alcançados ao menos no que tange as unidades escolares participantes do programa na cidade de Sorocaba passo agora a analisar o papel da escola na questão da inclusão digital, a viabilidade de se transformar as Salas de Informática em lan house e o papel do aluno monitor no contexto do programa.

## A QUESTÃO DA INCLUSÃO DIGITAL

A expressão "Sociedade da Informação" tem sido utilizada constantemente entre nós. Sua origem, entretanto se dá nos anos sessenta,

Quando se percebeu que a sociedade caminhava em direção a um novo modelo de organização no qual o controle e a otimização dos processos industriais eram substituídos pelo processamento e manejo da informação como "chave" econômica. (Gouveia, 2004)

---

<sup>21</sup> FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Manual de Procedimentos Acesso Escola - Estagiários. Diretores. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. São Paulo, 2010

Segundo estudo A Sociedade da Informação no Brasil realizado pela Fundação Telefônica<sup>22</sup> :

Sociedade da Informação é um estágio de desenvolvimento social caracterizado pela capacidade de seus membros( cidadãos, empresas e administração pública) de obter e compartilhar qualquer informação, instantaneamente, de qualquer lugar e da maneira mais adequada

Diante da importância econômica e social de incluir o maior número possível de pessoas na Sociedade de Informação, disponibilizar meios para que a inclusão digital aconteça de maneira efetiva passou a ser a bandeira de diferentes programas da esfera pública. Segundo Balboni

Se a porta de entrada para a sociedade da informação é a Internet, a infraestrutura de telecomunicações é o insumo básico para o seu funcionamento, e muitos governos vêm demonstrando, há décadas, sua preocupação com o seu desenvolvimento.(...)

Em sua grande maioria, os centros públicos que fornecem acesso gratuito à rede são resultado de políticas públicas do governo federal, estadual e municipal, muitas vezes em parceria com entidades do terceiro setor e empresas privadas. Eles podem ser implantados em escolas, centros culturais ou prédios públicos, organizações comunitários ou ONGs. Existem também centros públicos de acesso pago ou *lanhouses*, um modelo de negócio que se tornou muito comum em países da América Latina, e que nos últimos anos vêm se mostrando um fenômeno no Brasil.( BALBONI, 2007p.31)

A exclusão digital passa, portanto a ser meta de combate de governos não só por ser manifestação da desigualdade social como necessário para o próprio funcionamento pleno do capitalismo.

Assim a termos gerais, a exclusão digital diz respeito à distribuição desigual dos recursos relacionados à tecnologia da informação e da comunicação entre os países ou dentro de uma mesma região. Ela pode também ser vista como uma das muitas formas de manifestação da exclusão social, considerando que o acesso às TICs – especialmente à Internet – pode ao mesmo tempo reduzir ou ampliar a problemática social. Isso porque a exclusão digital é mais uma consequência das desigualdades sociais, econômicas e políticas que caracterizam a distribuição de poder e renda na sociedade. Por outro lado, o acesso à Internet pode evidenciar “a capacidade que têm as pessoas de transcender metas institucionais, superar barreiras

---

<sup>22</sup>Disponível em <<http://www.telefonica.net.br/sociedadedainformacao/socinfo1.htm>> Acesso em 17/10/2012

burocráticas e subverter valores estabelecidos no processo de inaugurar um mundo novo” (CASTELLS, 2003, p. 13 )Principalmente no contexto atual, em que empresas e governos migram cada vez mais informações e serviços para os meios eletrônicos, o excluído digital passa a ter dificuldade para conhecer e exercer seus direitos de cidadão. ( BALBONI, 2007 p.31)

E qual o papel da escola da escola pública na promoção da inclusão digital?

Para responder a esta pergunta, buscamos os dados ofertados pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) através do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.br). A pesquisa TIC KIDS ONLINE foi realizada entre adolescentes de 9 a 16 anos que sejam usuários de Internet. Dentro desta ampla pesquisa destacamos o seguinte quadro<sup>23</sup>:

---

<sup>23</sup>Disponível em < <http://www.cetic.br/usuarios/kidsonline/2012/c-A2-entrevista.html>> Acessado em 29/10/2012

## A2 - LOCAL DE ACESSO À INTERNET PELAS CRIANÇAS/ADOLESCENTES

Percentual sobre o total de usuários de Internet de 9 a 16 anos <sup>1</sup>

Percentual (%)	Na escola	Na sala da casa (ou outro ambiente coletivo)	Na casa de parentes	Na lanhouse ou cybercafé	Na casa de amigos	No quarto da criança (ou outro quarto da casa)	Na rua pelo celular	Numa biblioteca pública ou em outro local público	No telecentro	
<b>TOTAL</b>	<b>42</b>	<b>40</b>	<b>38</b>	<b>35</b>	<b>34</b>	<b>26</b>	<b>18</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	
Regiões	Sudeste e Sul	47	41	44	30	39	31	18	4	2
	Centro-Oeste e Norte	46	33	30	41	29	19	25	4	1
	Nordeste	29	40	29	41	26	20	13	4	1
Sexo	Feminino	37	40	40	38	37	25	15	4	2
	Masculino	47	39	36	31	31	27	20	4	1
Escolaridade do Responsável	Fundamental I	44	23	34	46	36	20	16	2	1
	Fundamental II	39	43	37	30	31	28	17	7	3
	Médio ou mais	41	57	44	23	32	33	20	4	1
Faixa etária	9-10	51	39	39	25	19	24	6	3	1
	11-12	44	35	40	34	37	27	11	7	1
	13-14	39	40	36	35	38	30	25	3	2
	15-16	35	44	36	44	39	25	26	3	1
Renda familiar	Até 1 SM	41	20	31	53	27	13	12	4	2
	Mais de 1 SM até 2 SM	36	28	37	40	35	22	14	4	1
	Mais de 2 SM até 3 SM	43	48	40	29	31	28	17	2	1
	Mais de 3 SM	51	63	45	18	38	39	23	7	1
Classe social	AB	49	61	45	15	36	38	20	2	0
	C	39	36	38	39	34	25	18	5	1
	DE	39	12	23	57	26	10	11	4	2

<sup>1</sup> Respostas estimuladas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre abril e julho de 2012.

Por este quadro percebe-se que a escola é o local de maior acesso para crianças e adolescentes, principalmente das classes DE

Entretanto as crianças cujas famílias tem menor renda, apesar da escola ser o local de maior acesso a Internet, usam esta com menor frequência: apenas uma ou duas vezes por mês para trabalho escolar.

Estes dados demonstram que realmente a Inclusão Digital pelos menos para esta faixa etária passa pela escola. Mas não há garantias do tipo de uso que os adolescentes estão fazendo e como este interfere no processo de ensino e aprendizagem sem levar em consideração os diversos outros fatores da dinâmica escolar.

## QUESTIONÁRIO ALUNOS MONITORES

A presença dos alunos monitores é um ponto central no Programa ACESSA Escola. Assim para entender como o programa efetivamente tem acontecido nas escolas é necessário levantar a visão que estes têm da própria função. Para entrevistar os alunos monitores foi utilizado um questionário com perguntas abertas, fechadas, múltipla escolha (Anexo). Para conseguir uma maior liberdade e abertura nas respostas não solicitei que estes se identificassem ou identificassem a escola em que fazem o estágio. O questionário foi construído utilizando o Google Docs e respondido in loco na Oficina Pedagógica da Diretoria de Ensino de Sorocaba no momento de apresentação do curso online Internet Segura. Este momento presencial não está previsto no curso, mas é realizado por iniciativa local, na Diretoria de Ensino de Sorocaba, por esta abranger escolas que localizam-se no próprio município e para dar maior segurança aos alunos, já que o curso é oferecido sem tutoria.

O formulário foi respondido por 110 alunos que representam cerca de 60% dos alunos monitores na Diretoria de Ensino de Sorocaba

Gráfico resposta questionário Alunos Monitores ACESSA Escola

Gráfico 1



Gráfico 2

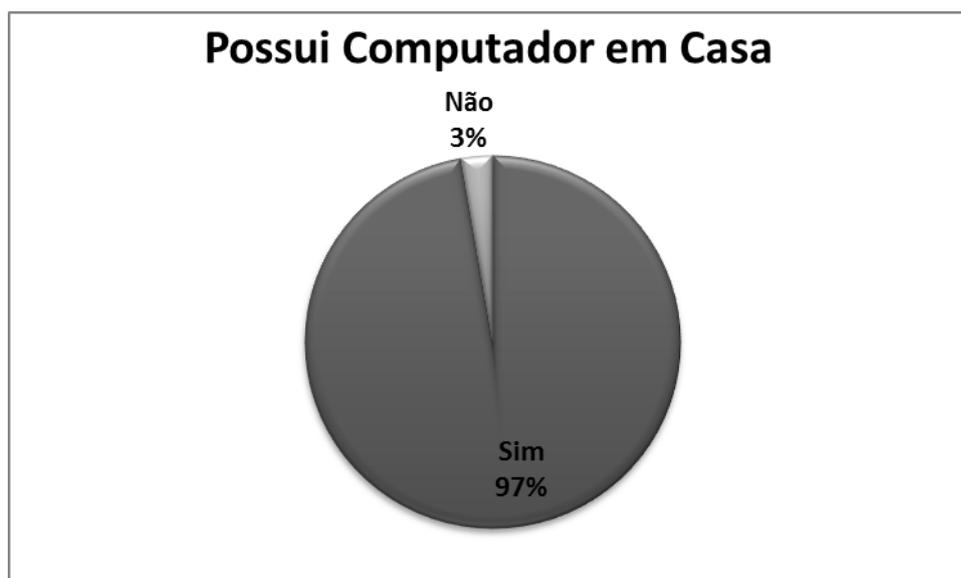


Gráfico 3

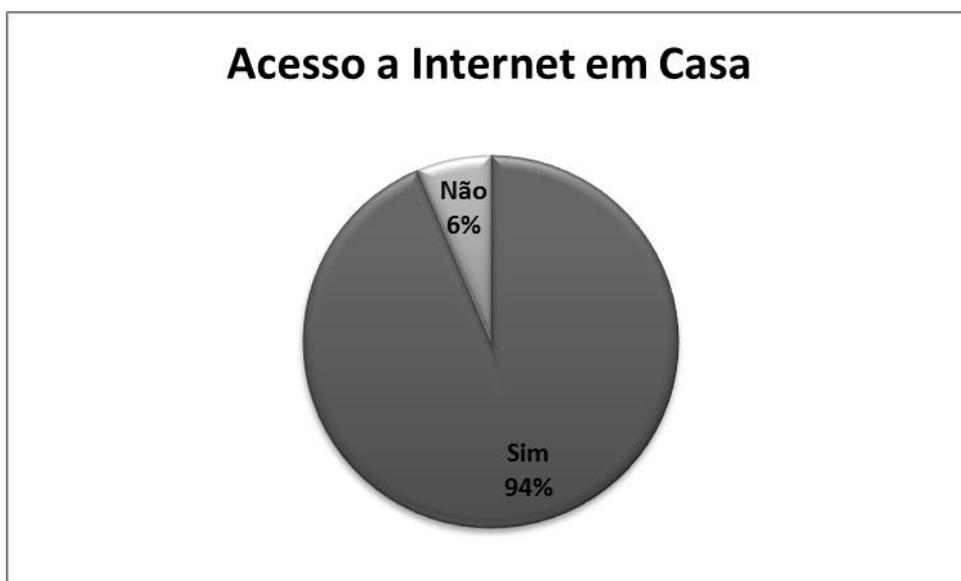


Gráfico 4

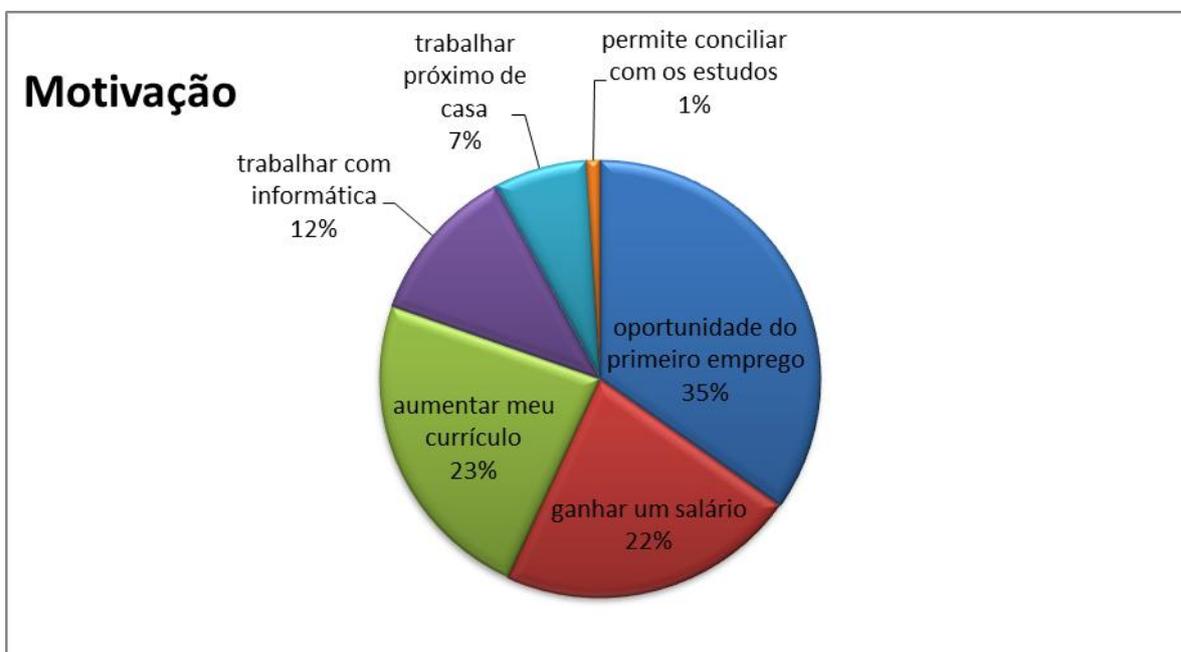


Gráfico 5

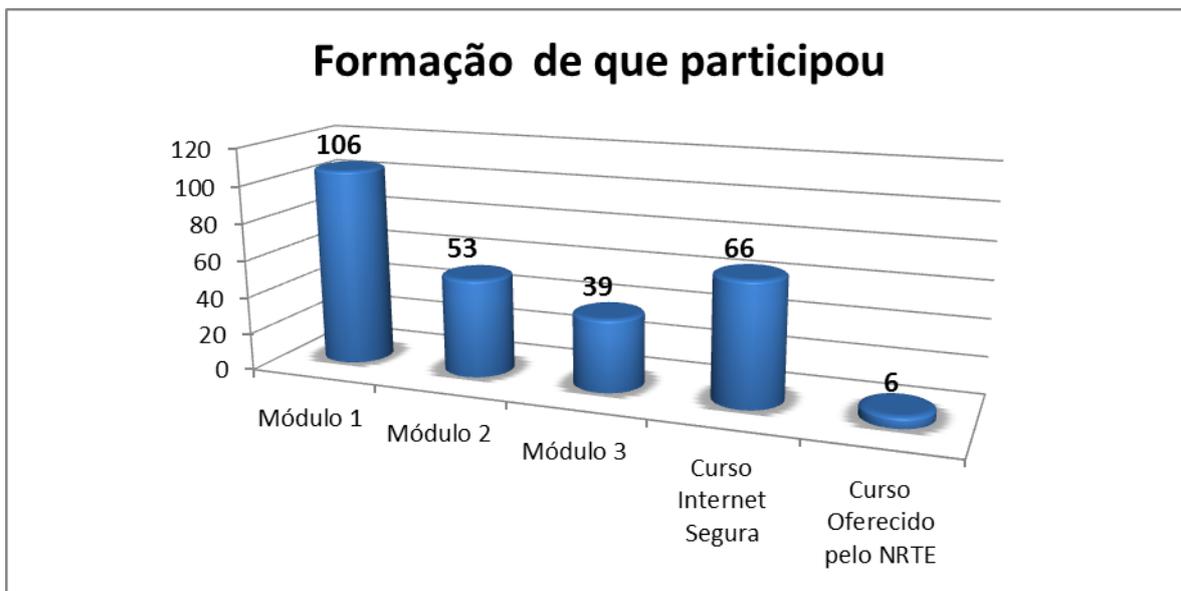


Gráfico 6

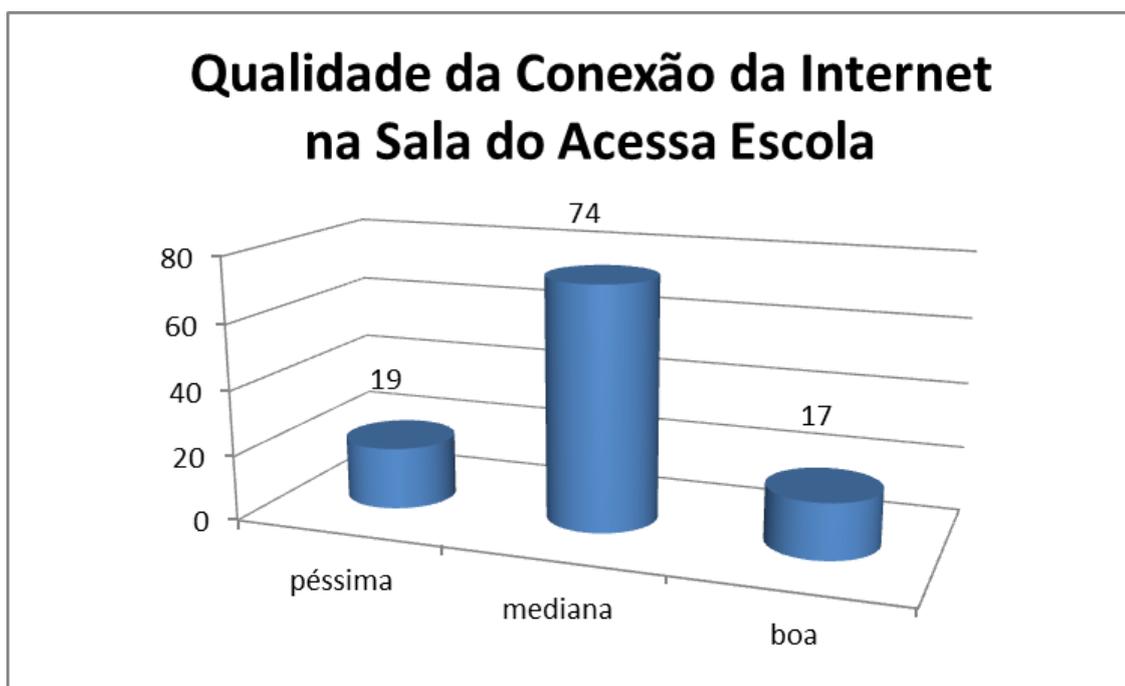


Gráfico 7

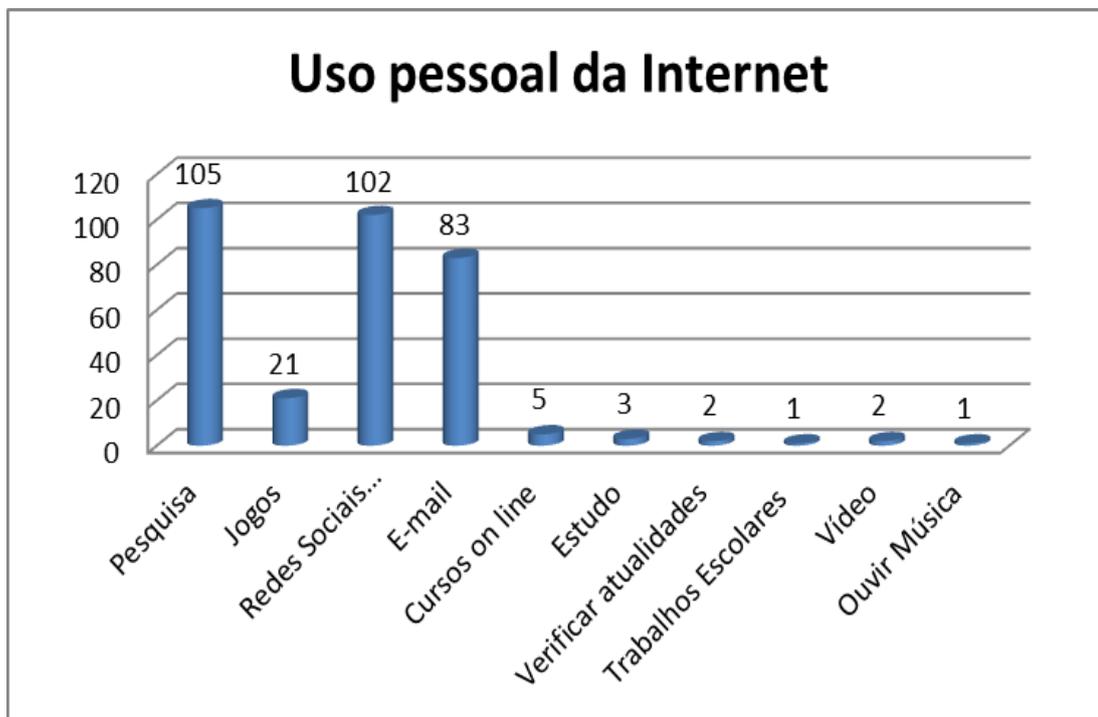


Gráfico 8

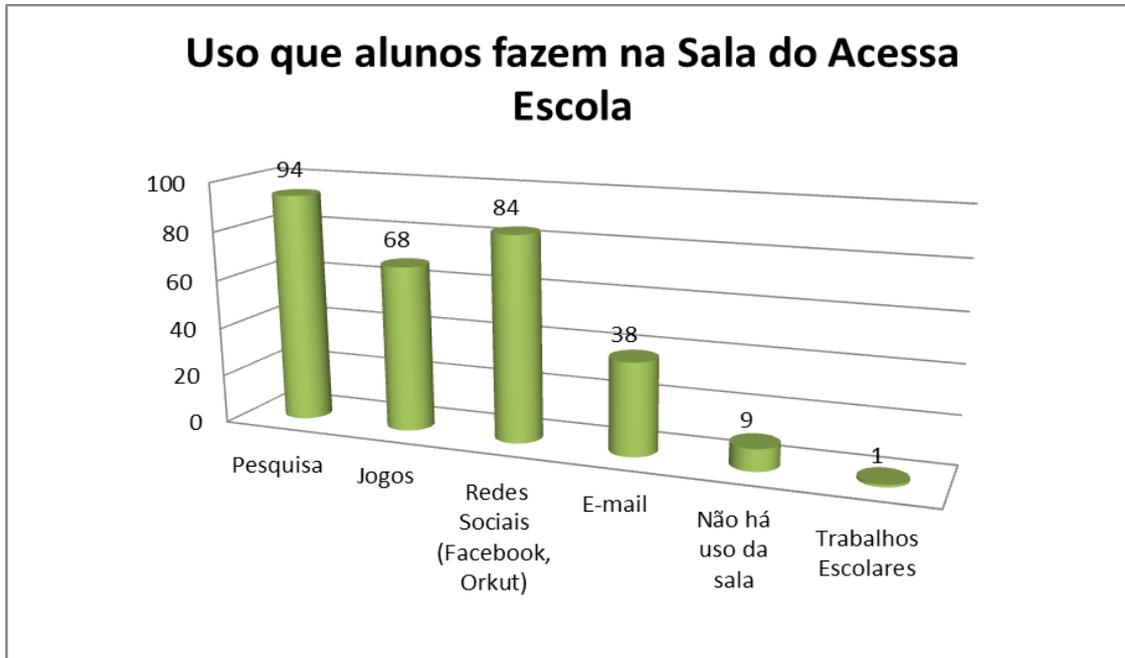


Gráfico 9

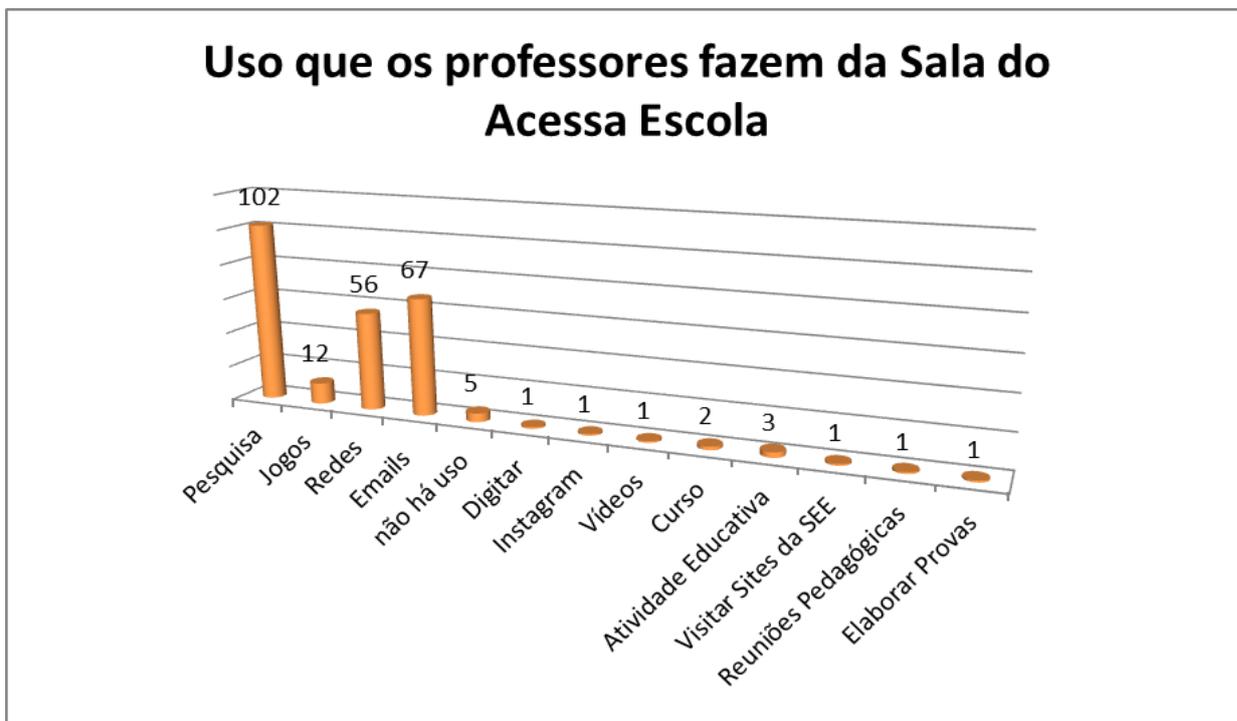


Gráfico 10

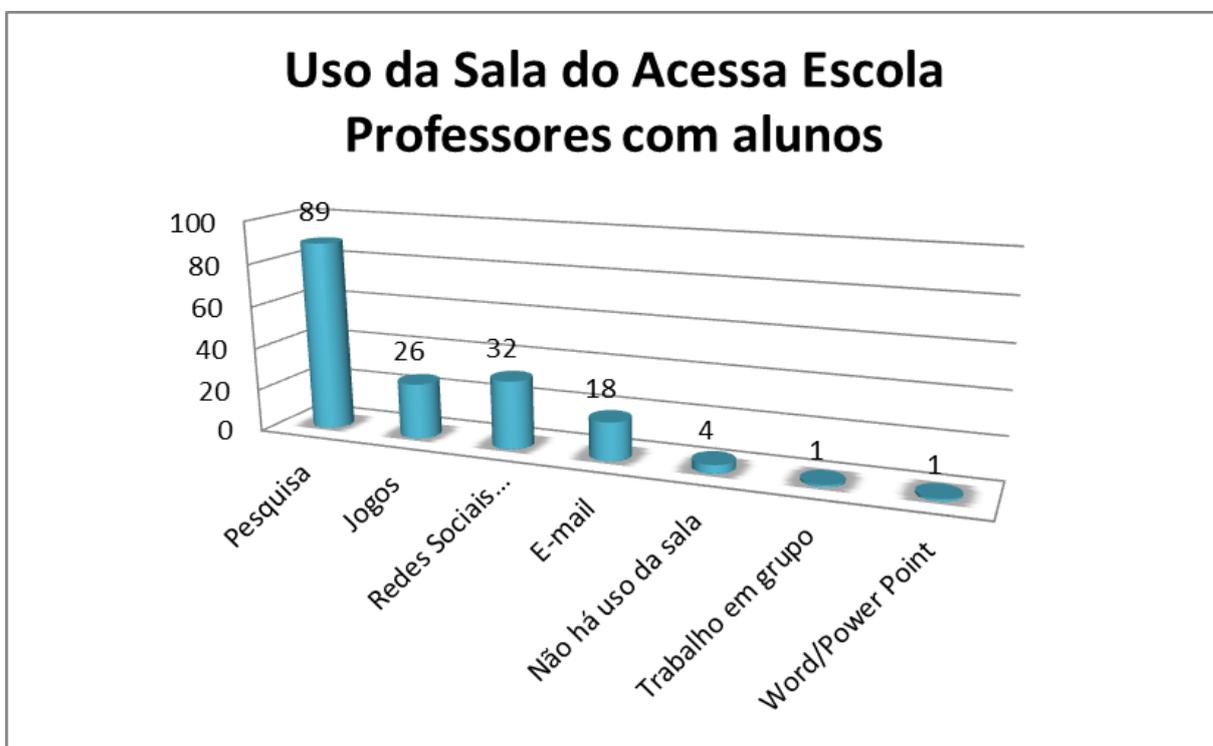


Gráfico 11

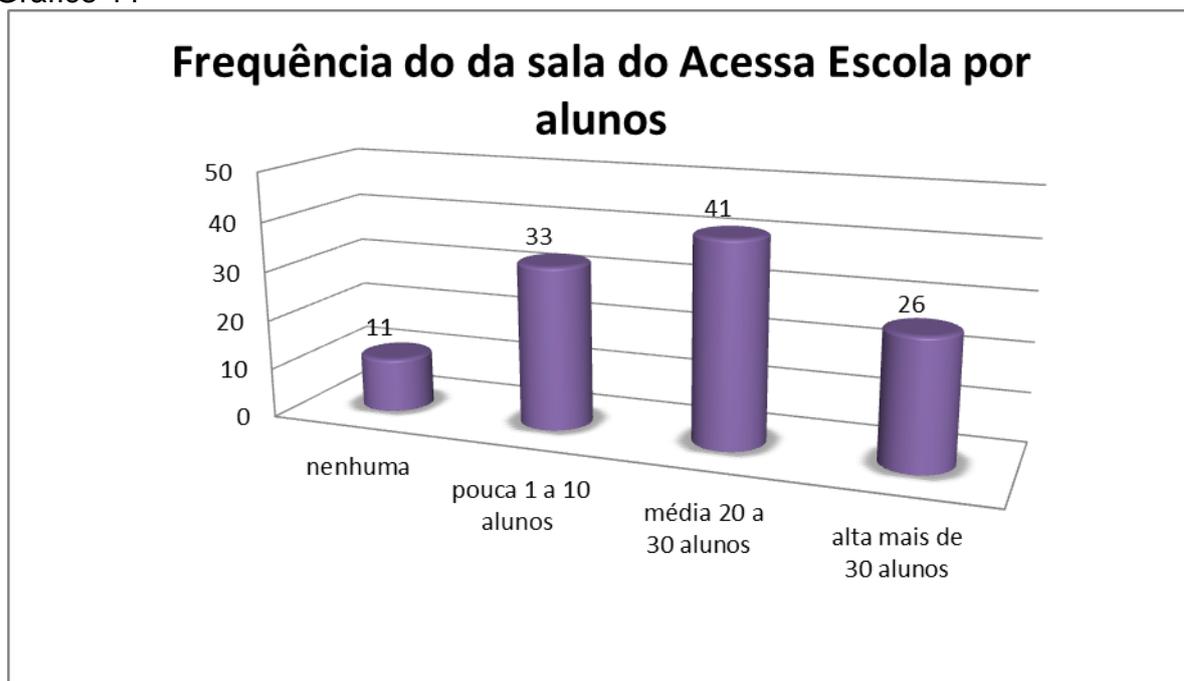


Gráfico 12

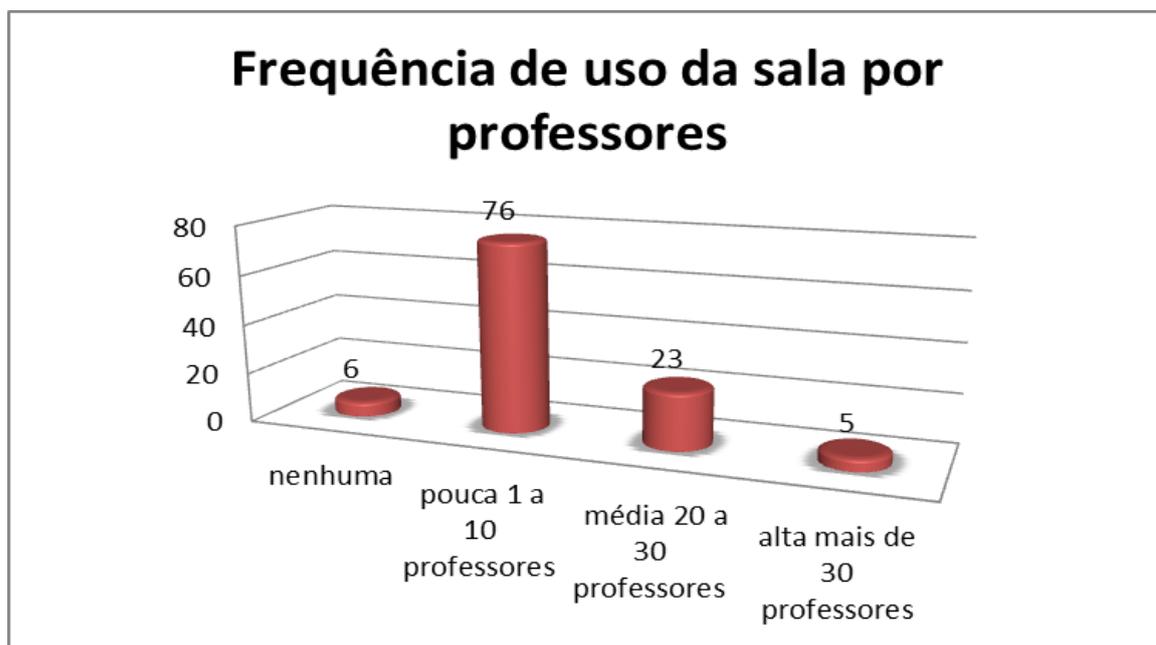
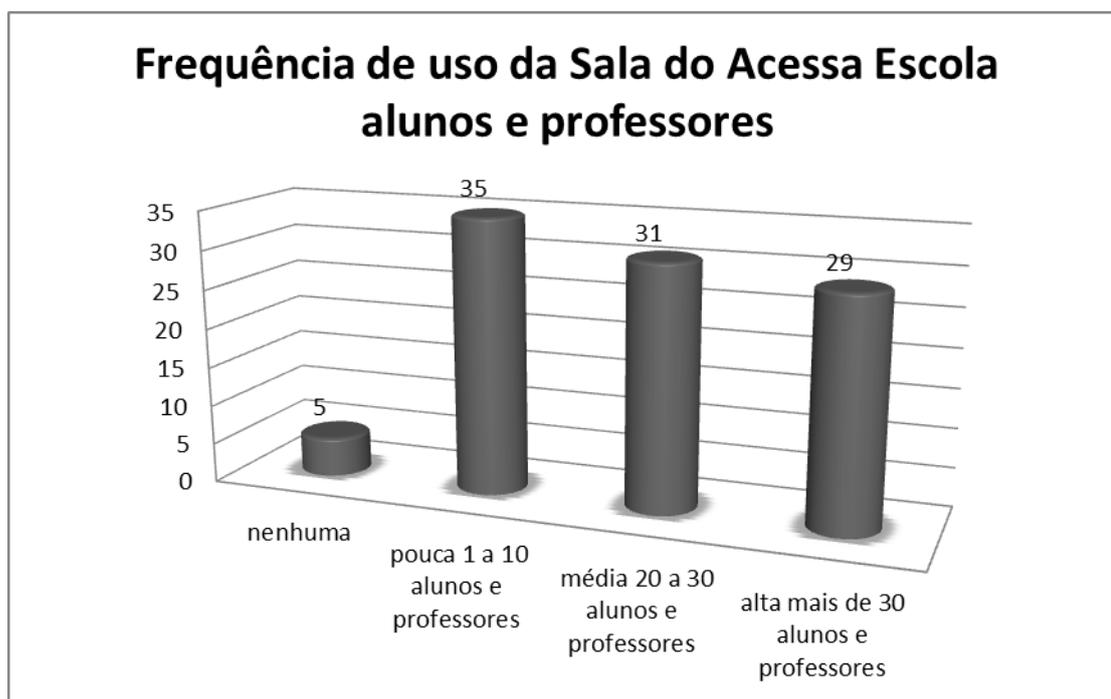


Gráfico 13



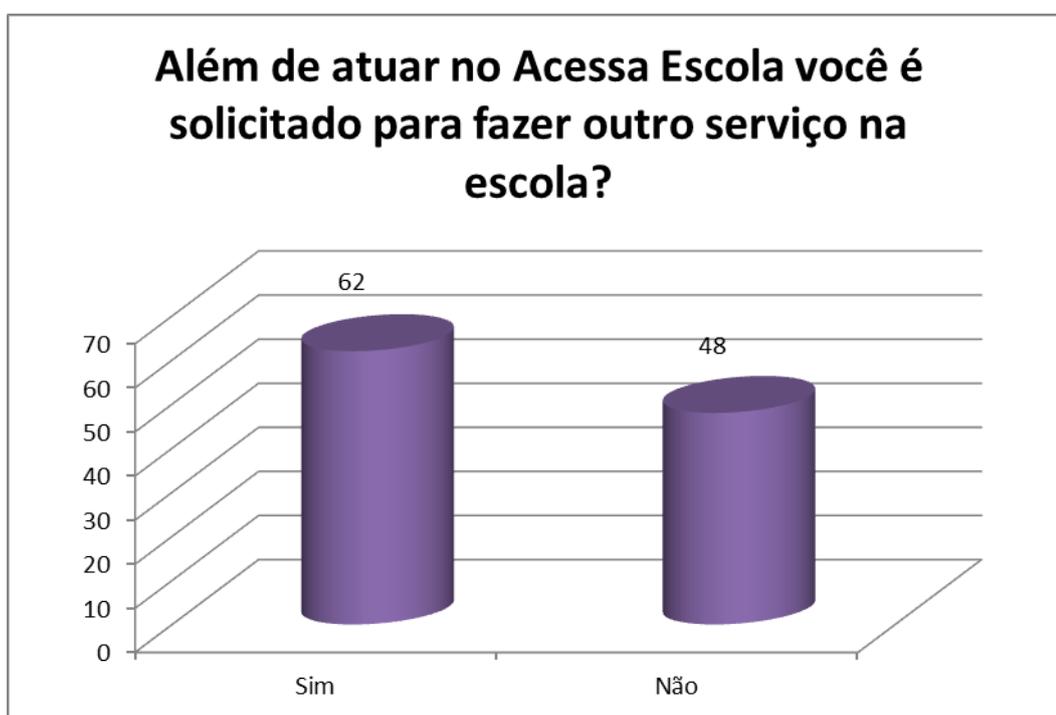
Os alunos monitores encaram o estágio como a primeira grande oportunidade de se inserir no mundo do trabalho, a formação que recebem é ainda insuficiente, os módulos que são constituídos de capacitações centralizadas não são ágeis o suficiente para atingir a todos os alunos em um espaço curto de tempo. O uso da sala é feito em maior número por alunos sem a presença do professor o que reforça a ideia que o projeto foi pensado assim o uso do aluno individual, como em uma lan house. Quanto ao tipo de uso, boa parte dos alunos usam para a pesquisa, entretanto a reclamação corrente entre os professores diz respeito ao uso indiscriminado do Copiar E Colar. Entretanto segundo Magdaleza e Costa:

Surfar na Internet em busca de informações e selecioná-las nos diferentes endereços encontrados pode colocar nossos alunos diante de enormes desafios: manter o fio da meada ou perder-se nele; descobrir que existem temas relacionados, até então insuspeitados ; deparar-se com enfoques divergentes ou com diferentes níveis de complexidade; decidir, dentre o material acessado, o que vale a pena ler de forma mais detida e o que não vale o esforço, que fragmento(s) da leitura selecionar e guardar para uso futuro, como organizar essas seleção para uso posterior. (Magdalena e Costa, 2003 p.54)

A possibilidade de ultrapassar a simples cópia e fazer do aluno autor passaria, segundo Magdalena e Costa pelos desafios oferecidos pelos professores, a intervenção destes e os questionamentos levantados sobre as informações trazidas pelos alunos.

A melhoria do Serviço de Internet para as escolas é um ponto bastante problemático, que em muitos casos, inviabilizou o funcionamento pleno de muitas Salas do ACESSA Escola. O projeto iniciou-se em 2008, e apenas em 2012 (Vide anexo 2) o Governo Estadual firmou parceria para receber o serviço de Banda Larga do MEC serviço este que havia sido recusado em 2009, sendo o Estado de São Paulo o único que assumiu esta postura( Vide Anexo 3), alegando já possuir um serviço próprio nas escolas, o Intragov. A velocidade média deste serviço (512 Kps) entretanto não é o suficiente para o uso de um número razoável de computadores.

Gráfico 14



Na última questão solicitamos que o aluno caso não permanecesse apenas na sala relatasse que outro tipo de serviço faz na escola. Encontrei respostas algumas bem humoradas ( já trabalhei como vidraceiro...) outras preocupantes(separar briga de alunos) e outras absurdas(passar nota de caderneta) que percebo que mesmo nas salas onde há uso regular, os alunos são rotineiramente desviados de sua função. O papel de aluno monitor parece ainda não incorporado ao cotidiano da escola, apesar da presença deste ser uma reivindicação antiga, o aluno monitor ainda é visto como um faz tudo, pois a prioridade não é a sua função na sala de informática e sim ajudar nas inúmeras tarefas cotidianas da vida escolar.

## CONCLUSÕES

Analisando os documentos sobre o Programa ACESSA Escola, surge a conclusão que o programa não possui uma proposta pedagógica própria. Ele foi pensado como uma estrutura auxiliar para a escola, esperando-se que, cada unidade escolar, dentro de suas peculiaridades incorporasse o programa conforme suas possibilidades e necessidades.

Entretanto, esta incorporação não se dará espontaneamente e não é possível excluir o professor do processo. A insistência em que os recursos de informática sejam usados passa também pela preocupação com a cobrança pública. A escola pode sim ser pensada como ferramenta para a inclusão digital, mas uso da TIC vai muito além de simplesmente oferecer-se o recurso.

As políticas públicas de implementação das TIC ao menos no que tange a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, nos últimos 20 anos tem se dado em um processo vertical, sem preparo ou discussão prévia com os diferentes atores do universo escolar. Este ponto sem dúvida tem dificultado o entendimento e o planejamento por parte das escolas do melhor uso dos recursos disponibilizados.

## BIBLIOGRAFIA

BALBONI, Mariana Reis. *Por detrás da inclusão digital: uma reflexão sobre o consumo e a produção de informação em centros públicos de acesso à Internet no Brasil*. São Paulo, 2007. 223 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO. Relatório TIC KIDS ONLINE. Disponível em <http://www.cetic.br/usuarios/kidsonline/index.htm>>. Acessado em 24/10/2012

DOWBOR, Ladislau - *Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação. Tecnologia, educação e democratização*. Petrópolis, RJ : Vozes 2001

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Manual de Procedimentos ACESSA ESCOLA - Diretores. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. São Paulo, 2010

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Manual de Procedimentos ACESSA ESCOLA - Estagiários. Diretores. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. São Paulo, 2010

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Regulamento do Estágio Ensino Médio Acesso Escola. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. São Paulo, 2010

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. A Sociedade da Informação no Brasil. Disponível em <<http://www.telefonica.net.br/sociedadedainformacao/socinfo1.htm>> Acessado em 24/10/2012

GOUVEIA, Luis Manuel Borges. *Sociedade da Informação. Notas de contribuição para uma definição operacional*, 2004. Disponível em <<http://www.ufp.pt/~lmbg>>

KUIN. S. Condições favoráveis para a apropriação de tecnologias de informação e comunicação na escola. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC/SP, 2005.

MAGDALENA, B.C e COSTA I.E. T. Internet em sala de aula : com a palavra, os A professores. Porto Alegre: Artmed, 2003

MARTINS, Maria Cristina Bortolozo De Oliveira. A práxis libertadora e a apropriação das novas Tecnologias no fazer docente da rede pública Paulista. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC/SP, 2006.

## **ANEXOS**

### Anexo 1

#### **Resolução 037 de 25/04/2008**

Institui o Programa ACESSA Escola para atendimento aos alunos, professores e servidores das Escolas da Rede Estadual de Ensino.

A Secretária da Educação, considerando que:

o acesso aos computadores e à Internet permite aos alunos, professores, servidores a exploração de um espaço virtual inesgotável de pesquisa, de oferta de serviços e de possibilidades de trocas inter-pessoal e institucional;

é necessário potencializar, nas escolas da rede estadual, a utilização da infra-estrutura física e de equipamentos conectados à Rede Intragov do Governo do Estado de São Paulo;

as ações de protagonismo vivenciadas pelos estudantes, sob a orientação dos profissionais das Escolas e das Diretorias de Ensino, precisam ser reconhecidas e estimuladas, conforme o disposto na Resolução SE 143, de 29/08/02, Resolve:

Art. 1º - Fica instituído o Programa ACESSA Escola para atendimento aos alunos, professores e servidores das Escolas Estaduais, tendo como objetivos:

I - disponibilizar à comunidade escolar os recursos do ambiente web, criado pelo Programa;

II - promover a criação e o fortalecimento de uma rede de colaboração e de troca de informações e conhecimentos entre professores e alunos da própria escola, ou entre os de outras unidades, de modo a contribuir com a produção de novos conteúdos;

III - universalizar as atividades de inclusão digital, otimizando os usos dos recursos da Internet aos alunos, professores e servidores, nos períodos de funcionamento das escolas;

IV - promover e estimular as ações de protagonismo, vivenciadas pelos alunos do ensino médio, voltadas à área de Tecnologia da Informação e da Comunicação- TIC.

Art. 2º - O Programa de que trata o artigo 1º desta resolução será implantado de forma descentralizada, cabendo aos órgãos abaixo relacionados as seguintes atribuições:

I - GSE - Gabinete da Secretaria de Estado da Educação: definição das diretrizes que nortearão a implantação, o acompanhamento e a avaliação do Programa ACESSA Escola;

II - FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação: execução das ações e gestão geral do programa.

III - DEs- Diretorias de Ensino: gestão do programa, em nível regional;

IV - UEs - Unidades Escolares: execução local, diária e operacional das atividades desenvolvidas na sala de aula.

V - Fundap - seleção e administração dos bolsistas estagiários

Parágrafo único: na FDE, a gestão geral do Programa ficará sob a responsabilidade da Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI e na Diretoria de Ensino, a gestão regional ficará sob a responsabilidade do ATP do NRTE indicado pelo Dirigente Regional de Ensino.

Art. 3º - A implantação do Programa, que prevê, preferencialmente, o atendimento

às escolas da Rede Estadual de Ensino Médio Regular, obedecerá a um cronograma gradativo, levando em consideração critérios previamente definidos, tais como: regiões com maior índice de vulnerabilidade social, condições físicas da sala de informática, tipo de link disponível, entre outros.

Art. 4º - para execução do Programa serão desenvolvidas atividades de estágio para

alunos matriculados nas escolas de ensino médio, com regulamentação própria, atendendo legislação específica, especialmente, ao disposto no artigo 10 do Decreto nº

52.756, de 27 de fevereiro de 2008 e ao que

segue: I - com relação aos estagiários:

a) poderão concorrer aos estágios alunos do 1º e 2º ano do nível médio regular das escolas estaduais;

b) a seleção dos estagiários terá critério de mérito e deverá ser feita por meio de processo seletivo com prova objetiva, capaz de avaliar a capacidade de raciocínio lógico, uso da linguagem e alguma familiaridade com o uso de recursos de informática;

c) os selecionados deverão ser da própria escola;

d) no caso de escolas que não tenham candidatos aprovados no processo seletivo, poderão ser chamados candidatos da escola mais próxima, dentro da mesma Diretoria de Ensino, segundo a ordem de classificação;

e) os candidatos deverão ter 16 anos completos na data da assinatura do Termo de

Compromisso;

f) os candidatos chamados, conforme o cronograma de implantação do Programa, passarão por um ciclo de capacitação;

II - com relação aos estágios:

a) terão a duração de um ano prorrogável por até mais 12 meses;

b) serão de 4 horas, remunerado por uma bolsa cujo valor será estabelecido, anualmente, pela direção do Programa;

c) as atividades das salas de informática, serão realizadas por estagiários, fora de seu turno escolar;

d) serão supervisionados por profissional responsável pelo suporte tecnológico ATP

- Assistentes Técnicos Pedagógicos das Diretorias de Ensino;  
e) poderão ser interrompidos por iniciativa do estagiário ou da direção do Programa.

§ 1º - As atividades de estágio oferecem aos alunos, no âmbito da própria escola, uma experiência fundamental para o exercício de qualquer profissão, atendendo dessa forma os pré-requisitos legais para estágios de nível médio.

§ 2º - As atividades de estágio incluirão: o apoio e a facilitação do trabalho dos alunos da escola na utilização dos recursos de informática disponíveis, navegação nos sites, links e atalhos pedagógicos para a realização de pesquisas temáticas; a ligação com as áreas de tecnologia das Diretorias de Ensino para a disponibilização continuada desses recursos e para o planejamento e avaliação do Programa.

§ 3º - Cada Diretoria de Ensino contará com estagiários universitários para auxiliar nas atividades de informática.

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Nota:

Res. SE n.º 143/02, à pág. 115 do vol.

LIV; Decreto n.º 52.756/08.

Anexo 2

9.11.2011

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Projeto Escolas Conectadas / Banda Larga nas Escolas

Informativo

031/11

Às Escolas Estaduais

Prezado(a) Senhor(a) Diretor(a)

Está autorizada, pela Secretaria da Educação, a instalação do Speedy do Projeto Escolas Conectadas (em alguns lugares ele poderá ser apresentado como Projeto Banda Larga nas Escolas).

A unidade que V.S. dirige é uma das beneficiárias.

Saiba, a seguir, os detalhes desse serviço.

O projeto.

Seu objetivo é implantar uma conexão gratuita de 2Mbps em escolas que, no futuro, contarão com duas conexões: Speedy e Intragov.

Essa linha se destinará, exclusivamente, à transmissão de dados – em outras palavras, ela não será utilizada para telefonia, como acontece nas instalações residenciais.

O serviço será realizado por etapas, como segue:

- O técnico da Telefônica instalará uma fiação denominada par metálico, que irá da rua até o rack administrativo da escola.
- Instalará, também, um modem no rack Intragov, que não será conectado à rede da escola, neste momento.
- Não haverá nenhuma alteração na rede Intragov mas é recomendável que alguém de sua equipe teste a Internet antes de o técnico sair da escola.
- Num segundo momento, outra empresa realizará a troca de alguns equipamentos e configurará o Speedy na mesma estrutura. A FDE avisará com antecedência o período de realização dessa operação.

Como a escola deve agir.

Constatado que o técnico realmente é da Telefônica (ele deverá mostrar o crachá de identificação e a ordem de serviço), basta permitir que ele faça a instalação do modem no interior do rack Intragov.

Como o modem será doado pela Telefônica, será necessário que o(a) Diretor(a) assine um Termo de Doação (veja o anexo 1), atestando o recebimento, além do Termo de Visita Técnica, que já é de praxe.

Contamos, mais uma vez, com sua cooperação.

Cordialmente,

Diretoria de Tecnologia da Informação

Fundação para o Desenvolvimento da Educação

CCI - Centro de Comunicação Institucional

Anexo 3

24/03/2009 - 10h06

## **SP RECUSA INTERNET GRATUITA DO GOVERNO FEDERAL PARA ESCOLAS**

ELVIRA LOBATO

ANTÔNIO GOIS

da Folha de S.Paulo, no Rio

O Estado de São Paulo recusou o programa federal de implementação de banda larga nas escolas públicas urbanas, que prevê oferta de acesso grátis à internet até 2025. Ele foi costurado pela ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) com as companhias telefônicas, no ano passado, sem discussão prévia com os Estados.

A Secretaria da Educação de São Paulo diz que suas 5.537 escolas já possuem banda larga mais veloz e mais segura. Afirma também que gastaria R\$ 32 milhões para adaptar as escolas à rede federal sem pôr em risco a segurança do sistema.

O Estado tem uma rede de conexão para toda a administração chamada Intragov. O custo de conexão por escola, pago à Telefônica, é de R\$ 194,90 por mês -gasto anual de cerca de R\$ 13 milhões.

A recusa fez com que a Telefônica descumprisse a meta de implantação acertada com a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), que abriu um processo administrativo por descumprimento de obrigação contra a empresa. Procurada pela Folha, a Telefônica não quis se manifestar.

São Paulo foi o único Estado a recusar a banda larga federal. Segundo a Folha apurou, pelo menos sete Estados que também possuem rede própria de banda larga (CE, SC, PR, MG, PE, MA e PA) aproveitaram a oferta da União como conexão adicional, mas criticam a superposição de redes.

"Não faz sentido implantar banda larga onde ela já existe. É desperdício de recursos para o governo federal e para os Estados", diz Joaquim Costa Júnior, presidente da Abep (entidade que reúne as empresas de tecnologia dos Estados).

A banda larga nas escolas foi acertada com as empresas de telefonia fixa como parte de um acordo, de interesse delas, para a troca de obrigações nos contratos de concessão.

Elas trocaram o compromisso de instalar postos de serviços de telecomunicações de uso público pela implantação de infraestrutura de banda larga nos municípios. A internet gratuita nas escolas foi uma contrapartida adicional negociada pela Casa Civil.

Até dezembro de 2010, último ano do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, todas as escolas urbanas terão de estar conectadas. As empresas não informam o custo que terão com o acesso gratuito até 2025, mas seria da ordem de R\$ 1 bilhão.

#### Direito adquirido

O secretário de Educação a Distância do Ministério da Educação, Carlos Eduardo Bielschowsky, disse ainda ter esperanças de convencer o Estado a aderir ao programa.

"Não trabalhávamos com essa hipótese [de recusa], mas ainda estamos em negociação e esperamos que isso se reverta para o bem das escolas. Governos passam, e nossa ideia é que se trata de um direito adquirido da população paulista."

Bielschowsky admite, no entanto, que a rede paulista é mais segura. "De fato, se você têm uma rede mais centralizada [São Paulo tem rede própria], tem mais controle. Mas a diferença é marginal."

Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u539553.shtml> >  
Acessado em 23/10/2012